O CONTROLE EXTERNO DA MAGISTRATURA

(Valor Econômico - 4/12/2003)

O projeto da eminente advogada Zulaiê Cobra Ribeiro de reforma do Judiciário --que já foi aprovado pela Câmara dos Deputados-- hospeda a tese do controle externo da magistratura que seria exercido, através de um Conselho Nacional composto, na maioria, de magistrados, além de representantes do Ministério Público, OAB, Câmara dos Deputados e Senado Federal.

Na ocasião de sua discussão, naquela Casa Legislativa, em Seminário da Academia Internacional de Direito e Economia, debati com a ilustre parlamentar indagando-lhe por que razão não incluía, também, o controle externo do Ministério Público --terminou incluído-- e da OAB, já que o Título IV da Constituição Federal, ao cuidar dos Poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário), coloca tanto o "parquet" quanto a corporação dos advogados entre as funções essenciais à Justiça. Sem a advocacia e sem o Ministério Público, não há Poder Judiciário. E fui mais além, ao perguntar por que não prever o controle externo do Executivo e do Legislativo, à luz da tese da transparência e de que todos estes poderes são apenas mandatários do povo.

Sua justificativa foi que o advogado é já controlado por seu cliente e que o Executivo e o Legislativo são controlados pelos eleitores, o que, de rigor, não é inteiramente verdade.

Nem sempre os advogados são controlados por seus clientes, principalmente, a classe menos favorecida, que não tem como fazê-lo. Cabe aos Tribunais de Ética da OAB --antigas Comissões de Ética e Disciplina da OAB-- julgar a atuação profissional dos advogados, com toda uma série de recursos até o Conselho Federal, assim como cabe às Corregedorias sindicarem a atuação dos magistrados.

Por outro lado, as carreiras de Estado do Executivo e Legislativo, isto é, a burocracia profissionalizada destes Poderes, cujos cargos são preenchidos, o mais das vezes, por concursos públicos, à evidência, não são controlados por eleitores.

Falar em controle externo da magistratura, sem falar em controle externo do Ministério Público, das Polícias Federais, Estaduais e Municipais, da Secretaria da Receita Federal, das Secretarias da Fazenda e de Finanças e de Procuradorias de Estados e Municípios, além da Advocacia Geral da União, é, evidentemente, dar conotação "ideológica" ao pretendido controle, mais do que de "transparência". Para o povo, todos estes órgãos deveriam também possuir um controle externo, pela tese dos que o defendem.

Voltando, entretanto, à magistratura. Um controle externo do Judiciário, exercido com a participação de um advogado, obrigaria este a renunciar à advocacia, pois, caso contrário, estaria levando fantástica vantagem, em relação aos demais, nas questões que patrocinasse, dada a sua condição de "juiz" dos "juizes".

Da mesma forma, o membro do Ministério Público teria que renunciar a sua função, por desfrutar de situação privilegiada, nas questões em que viesse a atuar, em relação a seus opositores. Além do que, seus pareceres "em defesa da lei" teriam uma "força" adicional, decorrente de emanarem de juiz de juizes.

Por fim, o senador e o deputado que participassem do controle externo, também teriam que renunciar a seus mandatos, visto que as leis provenientes dos projetos de sua autoria, mesmo que inconstitucionais, teriam um componente perturbador da imparcialidade e independência do Judiciário.

Pessoalmente, sou contrário a todos esses controles, principalmente ao Judiciário. Sou favorável a que se melhore o controle interno, com corregedorias mais atentas, eficientes e providas de melhores recursos para agir e, talvez, a adição de Conselho Nacional da Magistratura, composto de membros dos Tribunais que não estivessem sendo investigados.

De qualquer forma, entendo que, se for aprovado o controle externo da magistratura, com a presença de deputados e senadores, será rigorosamente inconstitucional, visto que fere a norma que se encontra no artigo 2º da Constituição Federal, assim redigido:

"São poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário".

e que é cláusula pétrea da lei suprema, por força do art. 60 § 4º, inciso IIII, cuja dicção é a seguinte:

“§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

....

III. a separação dos Poderes”.

A separação de poderes não permite que um poder tenha interferência na área do outro, e muito menos o controle. Por esta razão, a presença do Senado ou da Câmara, no órgão de controle externo implicaria uma fratura na separação dos poderes e a norma que o consagrasse estaria revestida de manifesta inconstitucionalidade.

Sendo o Supremo Tribunal Federal o guardião da Constituição –artigo 102-- com o discurso abaixo:

“Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

I. processar e julgar, originariamente:

a) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal;

se aprovado o pretendido controle, poderá ser argüida a inconstitucionalidade do dispositivo que pretender introduzi-lo, mediante ação direta de inconstitucionalidade, o que levaria, certamente, o Supremo Tribunal Federal a declarar a norma maculadora do texto maior, podendo retirar sua eficácia “ab initio”.

Estou convencido de que o que se deve fazer para reduzir os problemas do Judiciário, de um lado, é abrir “caixa preta” que se encontra nos Executivos da União, Estados e Municípios, que insistem em discutir questões já pacificadas na jurisprudência, entulhando a Justiça com processos repetitivos, e, de outro lado, melhorar os instrumentos de controle interno, sobre reduzir-se o número de recursos processuais e de instâncias, aparelhando-se melhor, com recursos financeiros suficientes, o mais técnico dos 3 Poderes.

O caminho para a Reforma do Judiciário é outro e não aquele que se discute, no momento.